

continuação Parecer dos Auditores Independentes: Aos Acionistas e Administradores do Magazine Luiza S.A. Franca - SP. 1. Examinamos os balanços patrimoniais do Magazine Luiza S.A., levantados em 31/12/05 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controlada em conjunto Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, relativas ao exercício findo em 31/12/05, cujos ativos totais e lucro líquido proporcional p/ o exercício findo naquela data representam 37% e 34% dos ativos totais e lucro líquido do Magazine Luiza S.A., respectivamente, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 13/02/06, sem ressalvas. Nossa opinião no que se refere aos valores desse investimento e do respectivo resultado de equivalência patrimonial, está baseada no parecer desses outros auditores independentes. As demonstrações financeiras do Consórcio Nacional Luiza Ltda., controlada do Magazine Luiza S.A., relativas aos exercícios findos em 31/12/05 e de 2004, cujos ativos totais e lucro líquido p/ o exerc. findo em 31/12/05 representam 0,88% e 2,49% (1,31% e 5,64% em 2004) dos ativos totais e lucro líquido do Magazine Luiza S.A., respectivamente, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 20/02/06, sem ressalvas, e a nossa opinião, no que se refere aos valores desse investimento e do respectivo resultado de equivalência patrimonial, está baseada no parecer desses outros auditores independentes. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no § 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Magazine Luiza S.A. em 31/12/05 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Campinas, 27/03/2006.

Deloitte. Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Walbert Antonio dos Santos
CRC nº 2 SP 011609/O-8 Contador - CRC nº 1SP185597/O-4



Companhia Paulista de Parcerias - CPP

CNPJ nº 06.995.362/0001-46

Relatório da Administração - 2005



Após sua constituição e formalização no segundo semestre de 2004, a CPP passou, em 2005, a desenvolver as atividades previstas na lei de sua criação, em especial no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo. Sempre sob a orientação do Conselho Gestor do Programa de PPP e de forma coordenada com a Unidade de PPP da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, a Companhia examinou diferentes possibilidades de projetos no âmbito da Administração Pública Estadual, em geral propostos pelas Secretarias setoriais.

Além do acompanhamento regular das apresentações e iniciativas de projetos em diferentes áreas e de permanente exposição e prestação de contas acerca da estrutura e possíveis formas de atuação da Companhia no âmbito do Programa Paulista de PPP, as principais iniciativas da CPP em 2005 foram:

- Por determinação do Conselho Gestor do Programa de Parcerias, a CPP realizou, em colaboração com a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, licitação para contratação de serviços técnico-especializados de avaliação, estruturação e busca de parceiros privados para o projeto de modernização do Complexo Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (CVG). Trata-se de projeto de grande relevância para o setor, o qual permitirá a renovação do CVG e a ampliação da sua capacidade enquanto centro esportivo. Esse trabalho encontra-se em andamento e tem sido acompanhado diretamente pela CPP.
- Mediante solicitação e em estreita colaboração técnica com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, a CPP, mediante autorização

do Conselho Gestor do Programa de Parcerias, contratou assessoria financeira para a estruturação, implementação e posterior colocação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, lastreado em receitas de bilheterias geradas pela CPTM. O trabalho até aqui realizado já analisou as diferentes possibilidades e requisitos para a estruturação dessa modalidade inovadora de captação de recursos para investimentos, bem como propôs as suas principais características legais, financeiras e operacionais.

- Buscando uma melhor adequação da sua estrutura patrimonial diante das demandas do programa de PPP e das prioridades de investimento do Estado, a CPP realizou, em 29 de agosto de 2005, com a devida autorização do Conselho Gestor do Programa de PPP, uma diversificação na composição dos seus ativos. Por meio de contrato firmado junto ao DER, com a intervenção do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, foram comprados direitos de crédito referentes ao ônus fixo de titularidade do DER contra as concessionárias rodoviárias Autoban, Via Norte e Triângulo do Sol, relativos ao período entre janeiro de 2006 e dezembro de 2014, envolvendo montante de R\$ 200 milhões. Os recebíveis são ativos de excelente qualidade, preservam a rentabilidade e liquidez do patrimônio da CPP e têm um perfil adequado aos possíveis desembolsos da CPP nas suas atividades como prestadora de garantias.
- A CPP participou ativamente do processo de estruturação do projeto de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, da

Linha 4 - Amarela do METRÔ, cujo edital foi lançado em dezembro, numa iniciativa pioneira no país. Além do forte apoio técnico dedicado pela CPP ao projeto, definiu-se, após análise dos riscos envolvidos e com a aprovação do Conselho Gestor, que a CPP prestará garantia solidária ao Poder Concedente na mitigação do risco de atraso da obra, a qual é de responsabilidade do Estado, nas duas fases previstas do projeto. A CPP foi também autorizada a oferecer até R\$ 60 milhões como garantia para o risco de inadimplência do Poder Concedente nos pagamentos da contraprestação pecuniária devida ao Concessionário.

- A CPP, sempre autorizada pelo Conselho Gestor, também definiu a sua participação na complementação de garantias necessárias à viabilização de captação de recursos pelo METRÔ junto ao BNDES Participações, para financiamento dos investimentos da Linha 2 - Verde, trecho Ana Rosa - Ipiranga. Para tanto, será cedido fiduciariamente e sob condição suspensiva parte do fluxo futuro de recebíveis adquiridos pela CPP junto ao DNER.

Além de procurar contribuir para a adequada estruturação dos projetos e consolidação dos procedimentos relativos ao Programa de PPP, a CPP teve sempre a preocupação, na gestão de seus ativos, de manter-se apta a atuar como empresa prestadora de garantias. A totalidade dos recursos aportados pelo Estado em 2004 está dividida em aplicações financeiras junto ao Banco Nossa Caixa e direitos de crédito do DER, que poderão ser utilizados como garantias de obrigações eventualmente assumidas pela Administração Pública junto aos parceiros privados, devido a sua solidez e baixo risco.

Ativo	2005		2004		Passivo Circulante	2005		2004	
	2005	2004	2005	2004		2005	2004	2005	2004
Circulante									
Disponibilidades	550.564.523	658.989.158			Obrigações tributárias	38.279.043	1.154.495		
Créditos a receber	16.932.070	-			Outras obrigações	391.330	655.525.274		
Impostos a compensar	17.165.784	740.823				38.670.373	656.679.769		
Outros créditos	628.700	-			Patrimônio líquido				
	585.291.077	659.729.981			Capital social	652.179.457	800.000		
Realizável a longo prazo					Reserva Legal	3.787.571	-		
Créditos a receber	183.560.377	-			Lucros acumulados	74.214.053	2.250.212		
	183.560.377	-				730.181.081	3.050.212		
	768.851.454	659.729.981				768.851.454	659.729.981		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	2005		2004	
	2005	2004	2005	2004
Saldo inicial	-	-	-	-
Subscrição realizada	800.000	-	-	800.000
Lucro líquido do exercício	-	-	2.250.212	2.250.212
Saldo em 31 de dezembro de 2004	800.000	800.000	2.250.212	3.050.212
Aumento de capital em 21 de dezembro de 2005	651.379.457	-	-	651.379.457
Lucro líquido do exercício	-	-	75.751.412	75.751.412
Constituição de reserva	-	-	(3.787.571)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2005	652.179.457	652.179.457	74.214.053	730.181.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ano	Autoban	Triângulo do Sol	Vianorte	Total
2006	12.347.154	1.751.443	4.213.565	18.312.162
2007	20.373.793	2.900.434	7.016.549	30.290.776
2008	20.162.852	2.881.237	7.010.308	30.054.397
2009	23.934.700	3.433.756	8.404.655	35.773.111
2010	23.666.155	3.409.317	8.396.710	35.472.182
2011	24.948.858	3.609.754	8.947.761	37.506.373
2012	47.065.952	3.917.920	9.776.780	60.760.652
2013	50.745.703	3.886.763	9.766.651	64.399.117
	223.245.167	25.790.624	63.532.979	312.568.770

O valor adquirido pela Companhia equivale, em média, a 28% do total devido pelas três concessionárias ao DER/SP ao longo do período total. A distribuição entre os ativos circulante e realizável a longo prazo foi efetuada levando-se em consideração os prazos de realização previstos no cronograma firmado. A seguir apresentamos a correspondente distribuição efetuada:

	2005	2004
Ativo Circulante	16.932.070	-
Realizável a Longo Prazo	183.560.376	-
	200.492.446	
Existência de previsão contratual de aquisição dos créditos vencidos no exercício de 2014, no total de R\$ 37.600.685. Ao final de cada trimestre de 2006, mediante o recebimento pela Companhia das parcelas vincendas, será feita a aquisição dos referidos créditos no trimestre correspondente do ano de 2014. Por esses créditos a Companhia pagará, a cada trimestre, a quantia de R\$ 4.578.040, totalizando R\$ 18.312.161.		
5. Outros créditos - Trata-se do pagamento de serviços contratados pela CPP mediante autorização do Conselho Gestor do Programa PPP e relativos a projetos específicos. No exercício de 2005 eles se referem à estruturação e colocação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios para a CPTM e à contratação de serviços técnico-especializados de avaliação, estruturação e busca de parceiros privados para o projeto de modernização do Complexo Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (CVG). Em obediência às normas legais que regem a atuação da CPP, os instrumentos jurídicos pertinentes prevêm o pagamento à CPP das despesas incorridas na contratação e acompanhamento desses serviços, quando da sua conclusão.		

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, com

preendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento no

- 6. Capital** - O Capital Social da Companhia, totalmente integralizado, é composto pela participação do Estado de São Paulo em 652.179.447 ações, que totalizam R\$ 652.179.447, e da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, com a participação de 10 ações, que totalizam R\$ 10. De acordo com ata da Assembléia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2005, os acionistas aprovaram o aumento de capital na Companhia de R\$ 800.000 para R\$ 652.179.457, através da integralização do adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 651.379.457, decorrente da cessão, pelo Estado de São Paulo, e posterior negociação junto ao mercado nacional e internacional, de ações da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.
- 7. Despesas gerais e administrativas** - Inclui R\$ 504.000 referentes a investimentos em projetos culturais de cunho audiovisual, indicados pela Secretaria de Estado da Cultura. Conforme o disposto na Lei do Audiovisual, nº 8.695/93, o montante investido poderá ser integralmente deduzido do imposto de renda devido.
- 8. Outras receitas operacionais** - O valor se refere à reversão de parte da provisão que havia sido feita em 2004 para o reembolso dos custos incorridos pela SABESP no processo de Oferta Global de Ações, ocorrido em 2004. O valor que estava provisionado na rubrica de Outras Obrigações do Balanço Patrimonial de 31/12/2004 era de R\$ 4.113.593. Após efetiva apuração do valor devido, foram desembolsados pela CPP apenas R\$ 2.897.818.

exame realizado e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.
São Paulo, 29 de março de 2006. **O Conselho Fiscal.**

Diretoria:			Conselho de Administração:			Conselho Fiscal		Contador	
Mario Engler Pinto Junior	Tomás Bruginiski de Paula	Daniel Sonder	Luiz Tacca Junior	Eduardo Refinetti Guardia	Renata Weingrill Lancellotti	Lyodegar Aparecido Cantor Marques			
Diretor Presidente	Diretor	Diretor	Martus Tavares	Mario Engler Pinto Junior	Gil Bernardo Borges Leal	CRC 1SP 044189/O-9			
			Fernando Carvalho Braga		Marcos José Perez Monteiro				

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia Paulista de Parcerias - CPP**
1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de audito-

ria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Parcerias - CPP em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 20 de janeiro de 2006

Boucintas & Campos + Soteci	Silvio Cesar Cardoso
Auditores Independentes S/S	Contador
CRC - 2SP 005.528/O-2	CRC - 1SP 188.428/O-5